

A pandemia e o mercado de trabalho: O que sabemos um ano depois

Portugal, Balanço Social 2021 - Nota intercalar

Bruno P. Carvalho, Nova School of Business and Economics e ECARES (Université Libre de Bruxelles)

Mariana Esteves, Nova School of Business and Economics

Susana Peralta, Nova School of Business and Economics



Fotografia de capa de *Portuguese Gravity*, retirada de *Unsplash*.

Esta nota é um complemento ao relatório anual “Portugal, Balanço Social”, um projeto da [Iniciativa para a Equidade Social](#), uma parceria entre a Fundação “la Caixa”, o BPI e a Nova SBE, que visa impulsionar o setor social em Portugal com uma visão de longo prazo, traçando um retrato e desenvolvendo programas de investigação e capacitação para apoiar organizações sociais. O relatório anual “Portugal, Balanço Social” destina-se a traçar um retrato socioeconómico das famílias portuguesas, com ênfase nas situações de privação e pobreza e, quando possível, no acesso às respostas sociais existentes em Portugal. Consulte o relatório [Portugal, Balanço Social 2020 aqui](#).

EQUIPA



**SUSANA
PERALTA**
Coordenadora
Científica



**BRUNO
P. CARVALHO**
Coordenador
Científico



**MARIANA
ESTEVES**
Investigadora

SUMÁRIO EXECUTIVO

- As **taxas de desemprego** e de **subutilização de trabalho** aumentaram durante a pandemia, especialmente a partir de junho de 2020. Em abril de 2021 estavam próximas de valores pré-pandemia (cerca de 7% e 13%, respetivamente)
- Entre o 2.º trimestre de 2020 e o 1.º trimestre de 2021, o número **médio de horas trabalhadas** diminuiu para os agregados com salários mais baixos e aumentou para os agregados com salários mais elevados. Entre os primeiros, 46% afirmam querer trabalhar mais, mas não encontrar emprego que o permita, o que contrasta com apenas 14% para os segundos. As famílias com crianças, especialmente as monoparentais, e os jovens foram mais afetadas pela redução no número médio de horas trabalhadas.
- O número de **inscritos nos centros de emprego** aumentou em 28% entre fevereiro e dezembro de 2020, principalmente devido ao aumento de 30% nos inscritos com educação secundária. Embora o número de inscritos com ensino superior também tenha aumentado, a recuperação foi mais expressiva para este grupo (redução de 12% entre janeiro e maio de 2021) do que para aqueles que tem no máximo o ensino secundário (6%) ou o básico completo (0,4%). O número de inscritos face a 2019 é especialmente significativo na região do Algarve.
- O despedimento foi a **razão** mais comum **para deixar de trabalhar**. De cerca de 20% no período pré pandemia, esta percentagem subiu para 25% no segundo trimestre de 2020 e no 1.º trimestre de 2021. Entre 2019 e 2020, houve um aumento na proporção de indivíduos que transitou de empregado para desempregado ou para inativo (pelo menos 3 vezes mais comum do que entre 2018 e 2019, no 2.º trimestre).
- O número de **contratos temporários** (a termo e com recibos verdes) esteve desde o segundo trimestre de 2020 abaixo dos valores de 2019. Esta quebra, mais concentrada nos mais jovens e nos indivíduos com ensino secundário ou menos, foi parcialmente compensada com um aumento dos contratos sem termo, especialmente nos indivíduos com ensino superior.
- O **salário médio** aumentou de 929 para 982€, entre o 1.º trimestre de 2020 e de 2021. Este facto sugere que a maior parte dos postos de trabalho destruídos são os de pessoas com salários mais baixos.
- A percentagem de **pessoas em teletrabalho** no 2.º trimestre de 2020 era de 22,6%, diminuiu progressivamente nos trimestres seguintes e voltou a aumentar no primeiro trimestre de 2021, para 20,7%. São os indivíduos com ensino superior aqueles que mais frequentemente estão em teletrabalho, com uma prevalência, no 1.º trimestre de 2021, 3 a 21 vezes maior do que nos que têm ensino secundário e até ao básico, respetivamente.

ÍNDICE

1.	INTRODUÇÃO.....	5
2.	EVOLUÇÃO DOS INDICADORES DO MERCADO DE TRABALHO	5
3.	HORAS TRABALHADAS.....	7
4.	INSCRITOS NOS CENTROS DE EMPREGO	10
5.	TIPO DE CONTRATO	15
6.	SALÁRIOS.....	17
7.	TELETRABALHO	18

1. INTRODUÇÃO

As medidas de confinamento devidas à pandemia tiveram um impacto profundo nas condições laborais. Muitas empresas reduziram atividade ou encerraram, aumentou a prevalência do teletrabalho e foram implementadas políticas como o regime de *Layoff* simplificado. Em 2020, constituíram-se menos 10 mil empresas do que no ano anterior, mas o número de dissoluções foi semelhante. Em 2021, até abril, já tinham sido encerradas mais 4 mil empresas do que no mesmo período de 2019. Janeiro de 2021 foi o mês com mais dissoluções (mais de 5 mil), o dobro do observado em janeiro de 2019 e 2020.

No relatório “Portugal, Balanço Social 2020” mostramos que a taxa de desemprego começou a aumentar em junho. Entre março e abril de 2020, o número de trabalhadores em *Layoff* simplificado¹ passou de 70 mil para 1,2 milhões. Ao mesmo tempo, abril foi o mês com maior aumento de inscrições no centro de emprego, com quase quatro vezes mais inscritos que no mesmo mês de 2019. Estes números escondem importantes assimetrias entre diferentes grupos da força de trabalho. O teletrabalho é possível apenas em algumas profissões e sectores; nas restantes, o *Layoff* simplificado, a redução do horário de trabalho ou a perda do emprego, com a correspondente perda de rendimento, foram as únicas alternativas possíveis.

Neste relatório, combinamos dados do Inquérito ao Emprego (IE) realizado pelo INE, do Gabinete de Estudos e Planeamento do Ministério do Trabalho e Segurança Social (GEP - MTSSS), do Instituto para o Emprego e Formação Profissional (IEFP) e da Google, para analisar os efeitos da pandemia no mercado de trabalho. Os dados do IE e do GEP são de periodicidade trimestral, enquanto os do IEFP e da Google são mensais; os primeiros cobrem o período até março e os segundos até maio de 2021. Sempre que possível, comparamos estes números com o ano pré-pandémico (2019) e decompomos os efeitos observados por diferentes grupos da população.

2. EVOLUÇÃO DOS INDICADORES DO MERCADO DE TRABALHO

Um ano de pandemia traduziu-se numa redução média de 2,1% da **população empregada** e numa diminuição de 14,9% do **número de horas trabalhadas**. No início da pandemia, em março de 2020, a taxa de **desemprego** era de 6,3%. Este indicador atingiu o pico no verão (8,1% em agosto), com 408 mil pessoas desempregadas, e

¹ O *Layoff simplificado*, neste relatório também referido como *Layoff*, é um regime excecional e temporário, que entrou em vigor a 27 de março de 2020, com o objetivo de proteger postos de trabalho. O apoio permite às empresas a redução temporária do período normal de trabalho ou suspensão de contrato de trabalho, no âmbito da pandemia da doença covid-19. As empresas que aderirem podem reduzir o salário aos seus trabalhadores, sendo essa remuneração financiada em 70% pela Segurança Social e em 30% pela entidade empregadora.

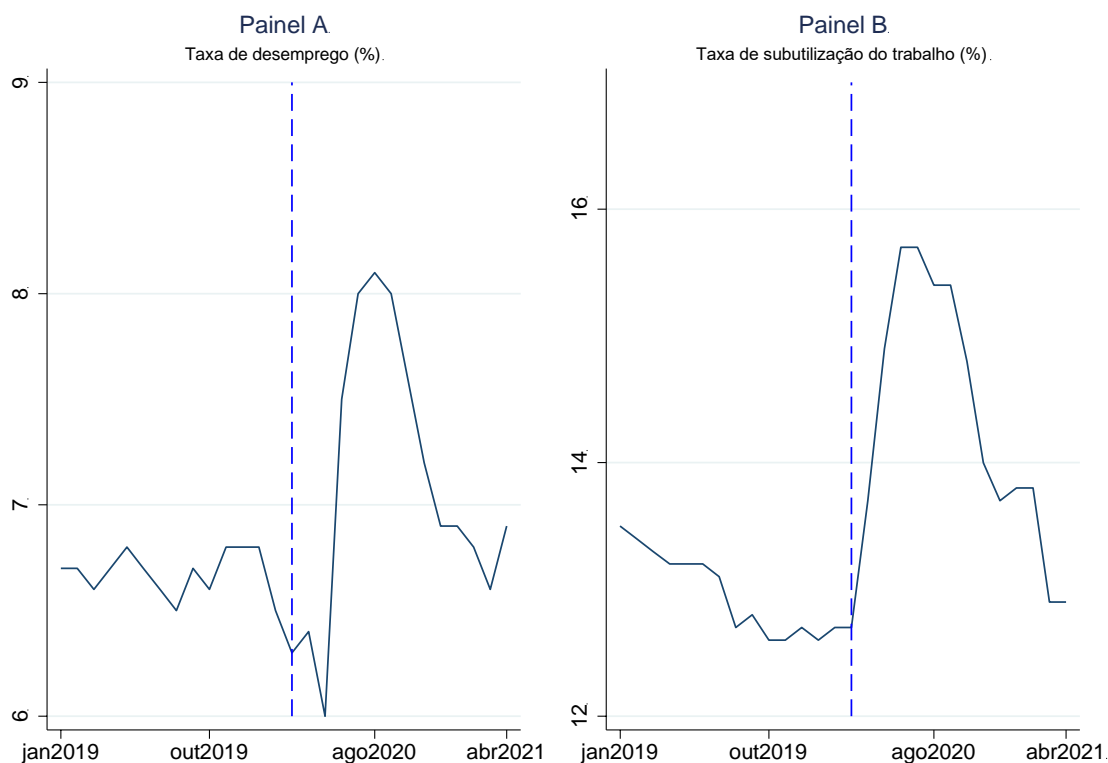
diminuiu até ao final do ano – **Figura 1**, Painel A. Quase um ano após o início do choque, em janeiro de 2021, a taxa era de 6,9%.

O número de **inscrições nos centros de emprego** e o número de novas colocações, ambos compilados pelo IEFP, também permitem avaliar as alterações no mercado de trabalho. Em março de 2020, havia 321 mil pessoas inscritas nos centros de emprego. Abril foi o mês com maior número de novas inscrições (63 mil) e menor número de ofertas captadas e colocações (pouco mais de 3 mil e 2 mil, respetivamente). Um ano depois, em abril de 2021, há mais 27 mil inscritos nos centros de emprego do que no mesmo mês de 2020 e mais 99 mil do que em abril de 2019. O número de ofertas e colocações também aumentou em abril de 2021, atingindo 12 mil e 7 mil, respetivamente. A maioria dos inscritos são da região de Lisboa (37%), Norte (35%) ou Centro (14,5%). Contudo, as colocações são superiores às inscrições apenas no Norte e no Centro do país. Em Lisboa, as colocações estão 34% abaixo do número de novos inscritos.

Segundo a Direção-Geral do Emprego e das Relações de Trabalho (DGERT), abril de 2020 foi o mês em que os **despedimentos coletivos** mais aumentaram, com 140 empresas (438% acima do valor do mesmo mês de 2019) e 1324 trabalhadores envolvidos (mais 50%).

A procura ativa de emprego é uma condição essencial para ser considerado desempregado. Esta procura foi estrangida pelas limitações da pandemia, pelo que é relevante olhar para a **subutilização do trabalho**, que inclui, além dos desempregados, os inativos que, estando disponíveis, não procuram emprego.² No Painel B da **Figura 1** vemos que, em março de 2020, a taxa de subutilização era de 12,7% e chegou a um máximo de 15,1%, em junho. Em média, no primeiro ano de pandemia, 761 mil pessoas estiveram em situação de subutilização do trabalho, um aumento de 11,7% face ao ano anterior. Em abril de 2021, esta taxa era de 12,9%.

² Segundo o INE, a subutilização do trabalho é um indicador que agrega a população desempregada, o subemprego de trabalhadores a tempo parcial, os inativos à procura de emprego, mas não disponíveis e os inativos disponíveis, mas que não procuram emprego.

Figura 1 Taxa de desemprego e taxa de subutilização do trabalho, entre 2019 e 2021, em %

Fonte: Instituto Nacional de Estatística (INE).

Nota: Painel A. Taxa de desemprego da população ativa com idade dos 16 aos 74 anos (ajustada de sazonalidade). Painel B. Taxa de subutilização do trabalho dos 16 aos 74 anos (ajustada de sazonalidade). Período: janeiro de 2019 a abril de 2021. A linha azul marca o início da pandemia de Covid-19 em Portugal.

Interpretação: A taxa de desemprego foi de 8,1% em agosto de 2020, o máximo desde o início da pandemia, em março 2020. A taxa de subutilização do trabalho atingiu o máximo em junho de 2020, com 15,7% de subutilização.

Os efeitos da pandemia foram atenuados por medidas como o *Layoff* simplificado, que permitiram níveis de desemprego e subutilização do trabalho menores do que os que se verificaram durante o programa de ajustamento da economia portuguesa (2011 – 2014) quando, a taxa de desemprego atingiu os 18% em dezembro de 2012 e a taxa de subutilização atingiu os 26,9% em janeiro de 2013.

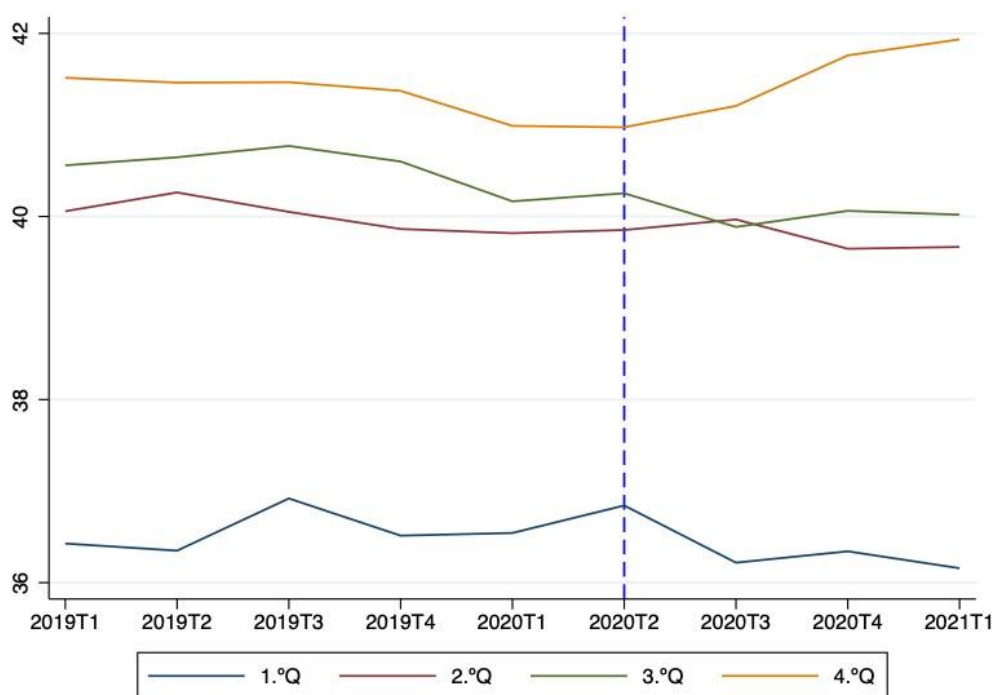
3. HORAS TRABALHADAS

As estatísticas de horas trabalhadas apresentadas dizem respeito apenas às pessoas que continuam a trabalhar. Aquelas que perderam o emprego não respondem a esta pergunta no inquérito, pelo que a diminuição de horas trabalhadas não reflete o facto destas pessoas terem deixado de trabalhar. Um aumento da prevalência de trabalhadores a tempo parcial, isto é, que trabalham menos horas por semana do que a

duração normal em vigor (atualmente 40 horas para o setor privado), altera o número médio de horas trabalhadas no total da economia. O mecanismo de Layoff Simplificado, que está disponível também para reduções parciais do tempo de trabalho, pode igualmente ter contribuído para alterações na média de horas trabalhadas. **A redução ou falta de trabalho por motivos técnicos ou económicos da empresa foi 16 vezes superior no 2.º trimestre de 2020 à do mesmo trimestre de 2019.** A **Figura 2** mostra que as pessoas no primeiro quartil de menos rendimento (1.ºQ) trabalha, em média, menos horas semanais do que as pessoas em qualquer um dos restantes quartis. De notar que no 3.º trimestre de 2019 o número de horas trabalhadas aumenta, mas no mesmo trimestre de 2020 diminui. Isto pode dever-se à diminuição de postos de trabalho sazonais em setores mais afetados pela pandemia, como o Turismo e a Restauração.

Agregados sem crianças com idade igual ou inferior a 12 anos sofreram apenas uma ligeira diminuição de horas, tendo começado a recuperar logo no último trimestre de 2020. As famílias com crianças tiveram maiores variações nas horas trabalhadas. É interessante notar que há um aumento de horas trabalhadas no primeiro trimestre de 2021 para homens e mulheres sem crianças, ao passo que os que têm crianças diminuem as horas, especialmente as mulheres.

Figura 2 Número de horas semanais trabalhadas, 2019 a 2021



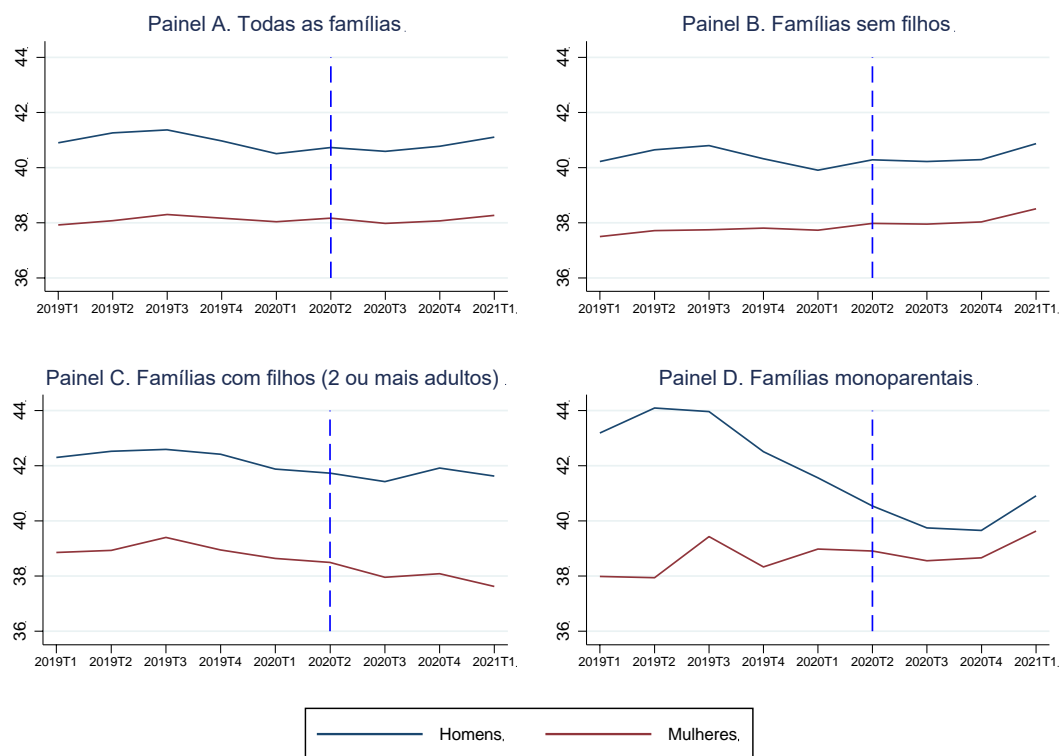
Fonte: Inquérito ao Emprego (INE)

Nota: Número de horas semanais trabalhadas entre o 1.º trimestre de 2019 e o 1.º trimestre de 2021 para os diferentes quartis de rendimento salarial líquido.

Interpretação: O quartil com maior rendimento (4.º QI) trabalhou, em média, 41 horas no 2.º trimestre de 2020.

As famílias monoparentais foram mais afetadas. No 3.º trimestre de 2020, um adulto, responsável único de uma ou mais crianças, trabalhou, em média, menos 4% do que no mesmo trimestre de 2019. Antes da pandemia, a diferença de horas trabalhadas por homens e mulheres responsáveis de famílias monoparentais era de mais de 5 horas. Apesar de as mulheres continuarem a ter menos horas de trabalho que os homens neste tipo de agregados, um ano depois, no 1.º trimestre de 2021, a diferença era de apenas 1 hora e 16 minutos.³ Isto deveu-se sobretudo a uma queda de quase 10% no número de horas trabalhadas por homens responsáveis por famílias monoparentais, como se vê na

Figura 3 Número de horas semanais trabalhadas, por tipo de família e género, 2019 a 2021



Fonte: Inquérito ao Emprego (INE)

Nota: Número médio de horas semanais trabalhadas, por tipo de agregado familiar e por género. Dados a partir do 1.º trimestre de 2019 até ao 1.º trimestre 2021. A linha azul marca o início da pandemia de Covid-19 em Portugal.

Interpretação: O número médio de horas semanais trabalhadas no 3.º trimestre de 2020 por mulheres de famílias monoparentais foi de 38,5 horas.

³ De notar que o as famílias monoparentais em que o adulto é uma mulher representavam 84,7% das famílias monoparentais em 2020.

Entre o 1.º trimestre de 2019 e de 2021, as mulheres trabalharam menos 3,5% do que a média nacional (Painel A). Estas diferenças são reflexo da falta de oportunidade de conseguir ter um emprego a tempo completo. Entre os que não trabalham a tempo inteiro, há mais 47% mulheres do que homens que gostariam de trabalhar mais horas, mas não encontram trabalho a tempo inteiro. Outro motivo, invocado 7 vezes mais por mulheres do que por homens para justificar a impossibilidade de trabalhar mais horas, é a necessidade de cuidar de crianças, idosos ou outros dependentes.

Entre o 1.º trimestre de 2019 e de 2021, os jovens (15-24 anos) trabalharam menos 6,5% do que a média de horas nacional. Entre os mais jovens, mais de 50% não procura trabalhar mais horas porque está a estudar.

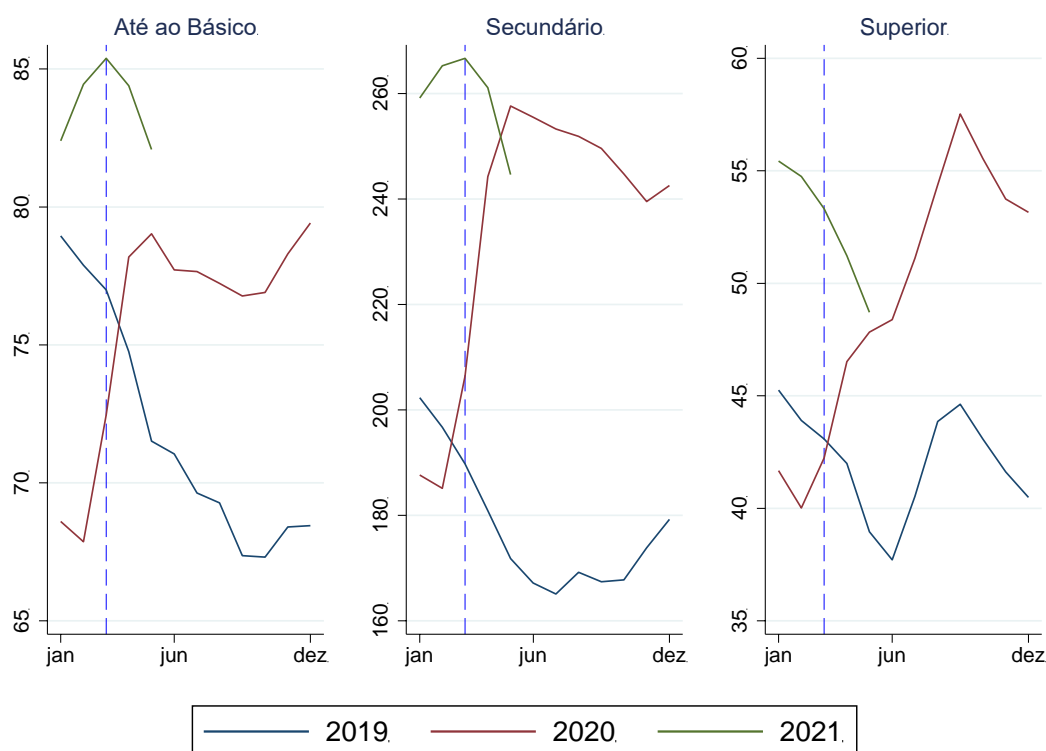
Os trabalhadores com menor salário (1.º quartil de rendimento salarial líquido) trabalharam menos 7% do que a média de horas nacional. São estes que afirmam querer trabalhar mais horas, mas não encontrar emprego que o permita (46%). Isto contrasta com apenas 14% nos quartis mais altos de rendimento.

4. INSCRITOS NOS CENTROS DE EMPREGO

O início da crise pandémica levou a um aumento da afluência aos centros de emprego, interrompendo a tendência decrescente pré-pandemia. Entre fevereiro e dezembro de 2020 o stock de inscritos aumentou 28% (de 293 mil para 375 mil). Em 2021, os inscritos continuaram a aumentar até abril e só em maio regressaram aos valores registados no final de 2020, ainda muito longe dos de 2019.

A **Figura 4** mostra como que a maioria dos inscritos tem escolaridade até ao ensino secundário. Este grupo aumentou as suas inscrições mais de 30% entre fevereiro e dezembro de 2020. Nesse mês, mais de 242 mil trabalhadores com o ensino secundário, 79 mil com no máximo o ensino básico completo e 53 mil com o ensino superior estavam inscritos num centro de emprego. De notar que o menor número de desempregados com o ensino básico é também explicado por apenas 9,5% da população empregada em 2020 ter, no máximo, o ensino básico completo.

Figura 4. Inscritos no centro de emprego, por nível de escolaridade, janeiro a maio, 2019 a 2021, em milhares



Fonte: Instituto do Emprego e Formação Profissional (IEFP).

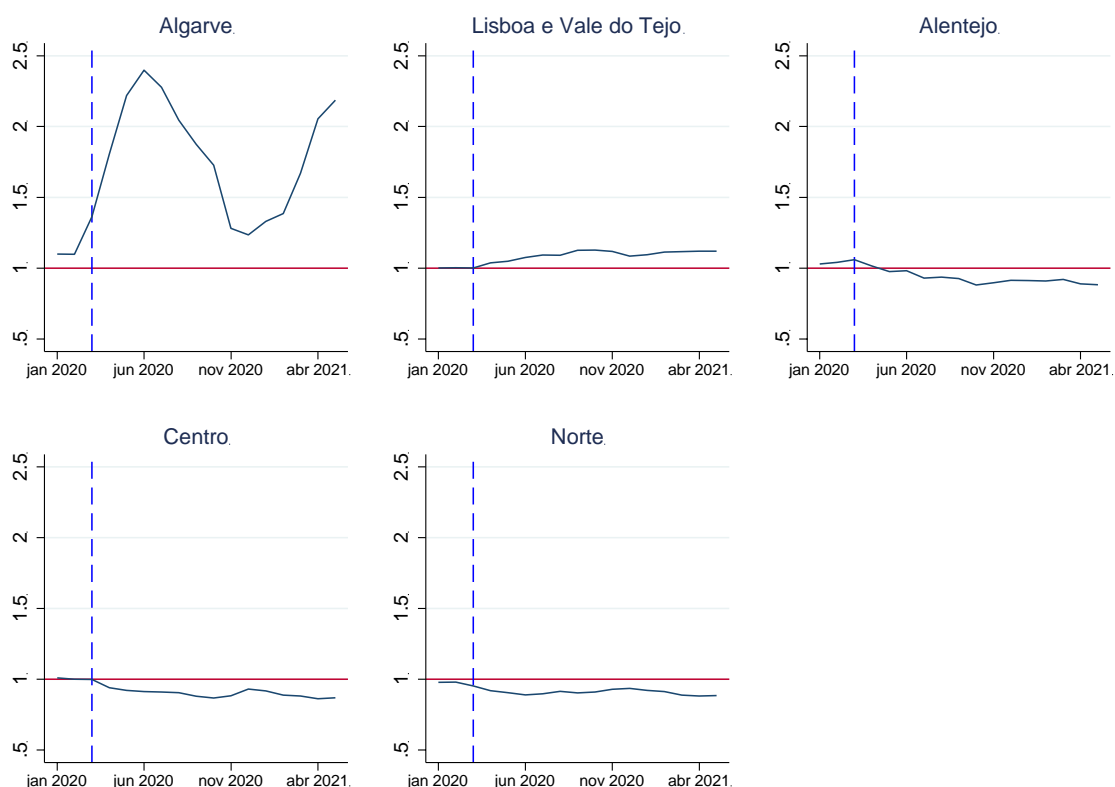
Nota: Número mensal de inscritos nos centros de emprego entre janeiro de 2019 e maio de 2021, por nível de escolaridade. A linha azul marca o início da pandemia de Covid-19 em Portugal.

Interpretação: Em maio de 2021, existiam 85 mil inscritos no centro de emprego com escolaridade até ao ensino básico, 267 mil com ensino secundário e 53 mil com ensino superior.

A recuperação deste indicador ocorre a velocidades diferentes. Entre os que têm ensino superior completo, o número de inscritos começou a diminuir a partir de fevereiro, mas para os restantes só em março – a diminuição de inscritos ocorreu sobretudo entre os que têm ensino superior que, entre janeiro e maio de 2021, diminuiriam 12%. A recuperação para os inscritos com ensino secundário e com básico foi de 6% e 0,4%, respetivamente.

A região do Algarve foi a que registou maior aumento dos inscritos nos centros de emprego face ao período homólogo de 2019, como se vê na **Figura 5**. A região de Lisboa e Vale do Tejo teve também um aumento de inscritos face a 2019, apesar de menor e menos sazonal do que no Algarve. Em Maio de 2021, o número de inscritos nestas duas regiões era ainda superior ao número de inscritos no mês homólogo de 2019. Os inscritos no Alentejo, no Centro e no Norte foram menos em 2020 e 2021 do que em 2019, como mostra a **Figura 5**.

Figura 5. Variação homóloga dos inscritos no centro de emprego, por região, janeiro a maio, 2020 a 2021 (base==2019)

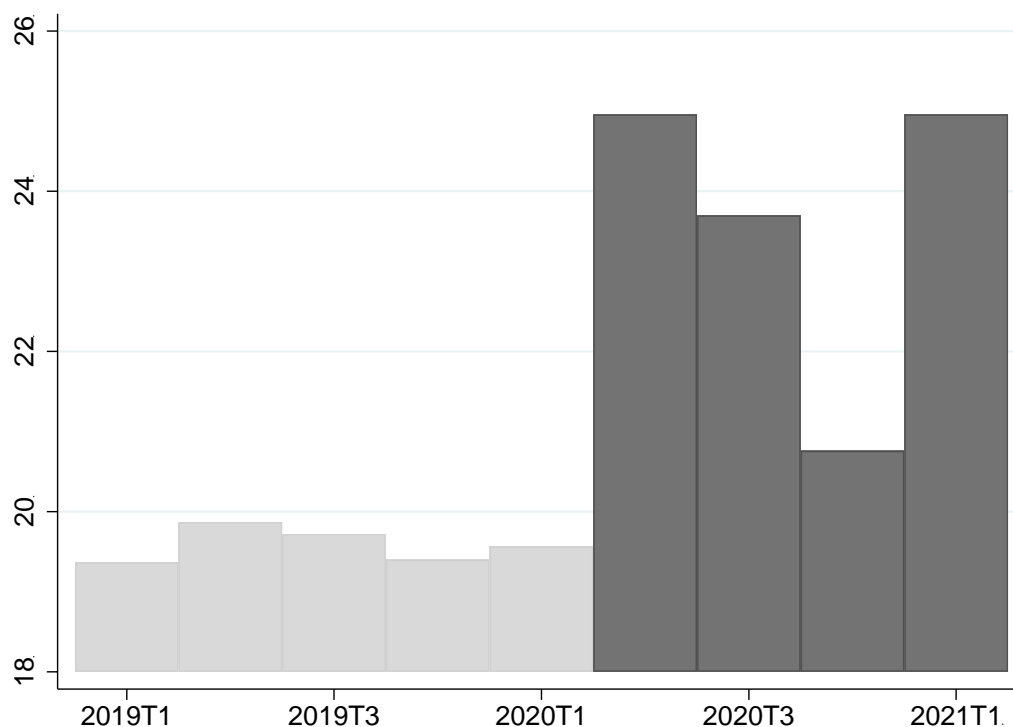


Fonte: Instituto do Emprego e Formação Profissional (IEFP).

Nota: Rácio do número de inscritos no centro de emprego nos meses de 2020 e 2021 em comparação com os meses homólogos de 2019. A linha vermelha marca o que aconteceria se nos meses analisados o número de horas semanais trabalhadas em média tivesse sido igual ao que foi no respetivo mês homólogo de 2019. A linha azul marca o início da pandemia de Covid-19 em Portugal.

Ao contrário do que aconteceu no 1.º trimestre de 2020, em que a causa mais popular para deixar de trabalhar foi a reforma por velhice (20,4%), no início de 2021, a maioria saiu porque foi despedida (25%). A **Figura 6** mostra a percentagem de trabalhadores que deixaram de trabalhar por este motivo. Até ao 1.º trimestre de 2020 esta percentagem não ultrapassava os 20%, mas disparou para 25% entre abril e junho de 2020. Apesar da diminuição que acompanhou o desconfinamento (3.º e 4.º trimestre de 2020), os despedimentos voltaram a aumentar em janeiro de 2021, atingindo novamente cerca de 25%, o que coincide com o regresso das medidas mais severas de confinamento.

Figura 6. Percentagem de pessoas que deixaram de trabalhar porque foram despedidas, evolução 2019 a 2021



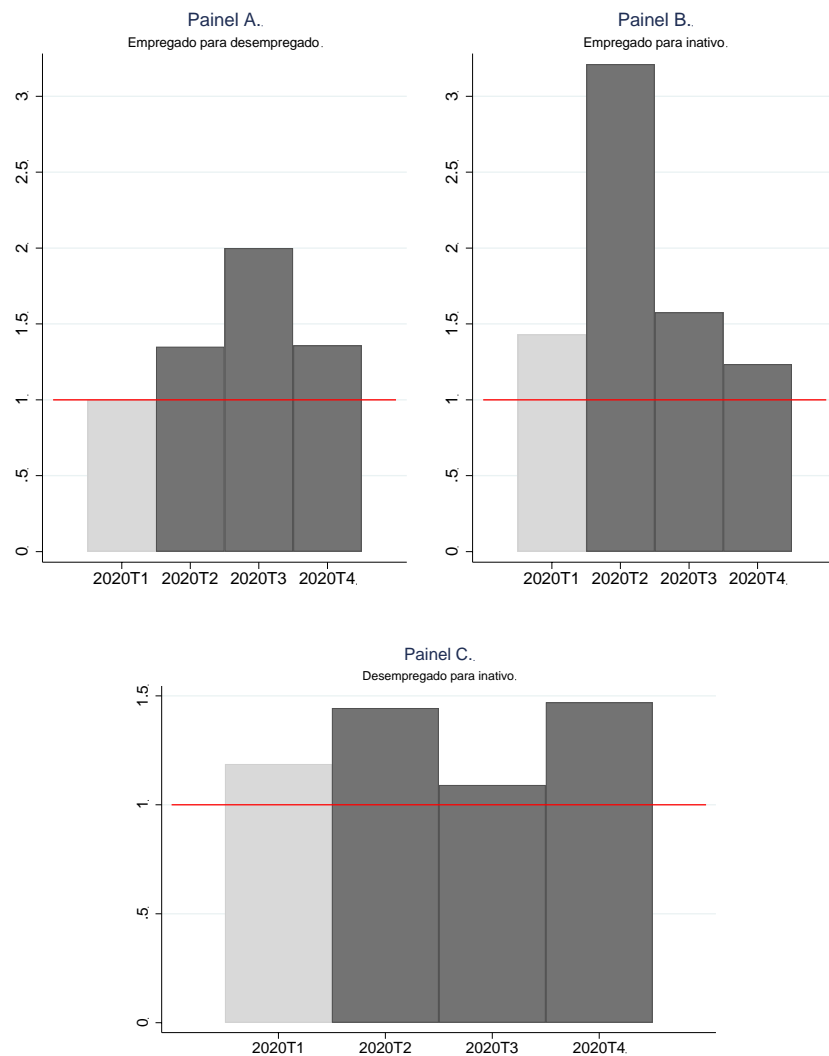
Fonte: Inquérito ao Emprego (INE)

Nota: Percentagem de pessoas que deixaram de trabalhar porque foram despedidas. Dados relativos ao 1.º trimestre de 2021, em percentagem. A cinzento-escuro está representado o período pandémico, com início no 2.º trimestre de 2020.

Interpretação: No 1.º trimestre de 2021, cerca de 25% dos inquiridos deixaram de trabalhar porque foram despedidos.

A pandemia induziu diferentes tipos de transições no mercado de trabalho. A percentagem de pessoas que passou de empregada em 2019 para desempregada ou inativa em 2020 foi superior à verificada entre 2018 e 2019, como mostra o painel A da **Figura 7**. A transição de empregado para desempregado teve um pico no 3.º trimestre de 2020, com 2 vezes mais trabalhadores a ficar desempregados entre 2019 e 2020 do que entre 2018 e 2019. A transição para a inatividade atingiu o pico logo no início da pandemia. Três vezes mais trabalhadores estavam empregados no 2.º trimestre de 2019, mas inativos no 2.º trimestre de 2020 do que o que tinha acontecido no mesmo período entre 2018 e 2019. Também a passagem do desemprego para a inatividade aumentou em 2020, como se vê no painel B.

Figura 7 Transições situação no mercado de trabalho entre 2019 e 2020 (base== transições entre 2018 e 2019)



Fonte: Inquérito ao Emprego (INE)

Nota: Painel **A**: Rácio trimestral entre número de indivíduos que no inquérito de 2020 reportam estar desempregados, mas ter estado empregados “há exatamente 1 ano atrás” (2019) e o número de indivíduos que no inquérito de 2019 se declaram desempregados, tendo estado empregados “há exatamente 1 anos atrás” (2018). Painel **B**: Rácio definido de forma análoga ao do Painel A, mas para indivíduos que se declaram inativos e há um ano atrás se declaravam empregados. Painel **C**: Rácio definido de forma análoga ao do Painel A, mas para indivíduos que se declaram inativos e há um ano atrás se declaravam desempregados. A linha vermelha marca o que aconteceria se nos trimestres analisados o número de horas semanais trabalhadas em média tivesse sido igual ao que foi no respetivo trimestre homólogo de 2019. A cinzento-escuro está representado o período pandémico, com início no 2.º trimestre de 2020.

Interpretação: O número de pessoas desempregadas no 3.º trimestre de 2020, mas empregadas no 3.º trimestre de 2019 foi 2 vezes superior às que transitaram de empregadas a desempregadas no mesmo trimestre de 2018 e 2019.

O aumento do número de transições para a inatividade é uma das razões que explica que a taxa de desemprego tenha baixado quando foi imposto o primeiro confinamento, no segundo trimestre de 2020.

5. TIPO DE CONTRATO

No 1.º trimestre de 2021, 82,8% dos trabalhadores tinham um contrato de trabalho sem termo. No mesmo período, o trabalho temporário compõe os restantes 17,2% dos vínculos, com 14,5% dos trabalhadores com contrato com termo e 2,7% com recibos verdes.

Quando comparamos o período de 2020 com os trimestres homólogos de 2019, verificamos uma diminuição substancial dos **contratos temporários** no período pós-pandemia. **Há também uma ligeira subida dos contratos sem termo (Tabela 1)**. Logo no 2.º trimestre de 2020, os contratos temporários diminuíram 22% face ao mesmo trimestre de 2019. Por outro lado, os contratos sem termo aumentaram 1%. Neste e nos trimestres seguintes o aumento de contratos sem termo não foi suficiente para compensar a redução no número de contratos temporários, o que mostra que houve uma destruição de postos de trabalho, concentrado nos vínculos precários.

Tabela 1. Evolução do tipo de contratos no mercado de trabalho português, variação homóloga trimestral, base==2019, em % e variação absoluta (em milhares)

Tipo contrato	Variação (2020 vs. 2019)								Variação (2021 vs. 2019)	
	T1		T2		T3		T4		T1	
	%	Abs	%	Abs	%	Abs	%	Abs	%	Abs
Temporários	-10%	-87,5	-22%	-185,7	-18%	-149,9	-15%	-121,1	-21%	-177,8
Sem termo	3%	98,6	1%	37,1	1%	29,9	3%	82,9	3%	104,3

Fonte: Inquérito ao Emprego (INE)

Nota: Variação homóloga, em percentagem e variação absoluta (em milhares), do tipo de contrato de trabalho, por trimestre. Contratos temporários correspondem a contratos com termo e contratos de prestação de serviços. Dados a partir do 1.º trimestre de 2019 até ao 1.º trimestre 2021.

Interpretação: Os contratos de trabalho com termo diminuíram 21% no 1.º trimestre de 2021 face ao mesmo trimestre de 2019, o que corresponde a. menos 177,8 mil contratos.

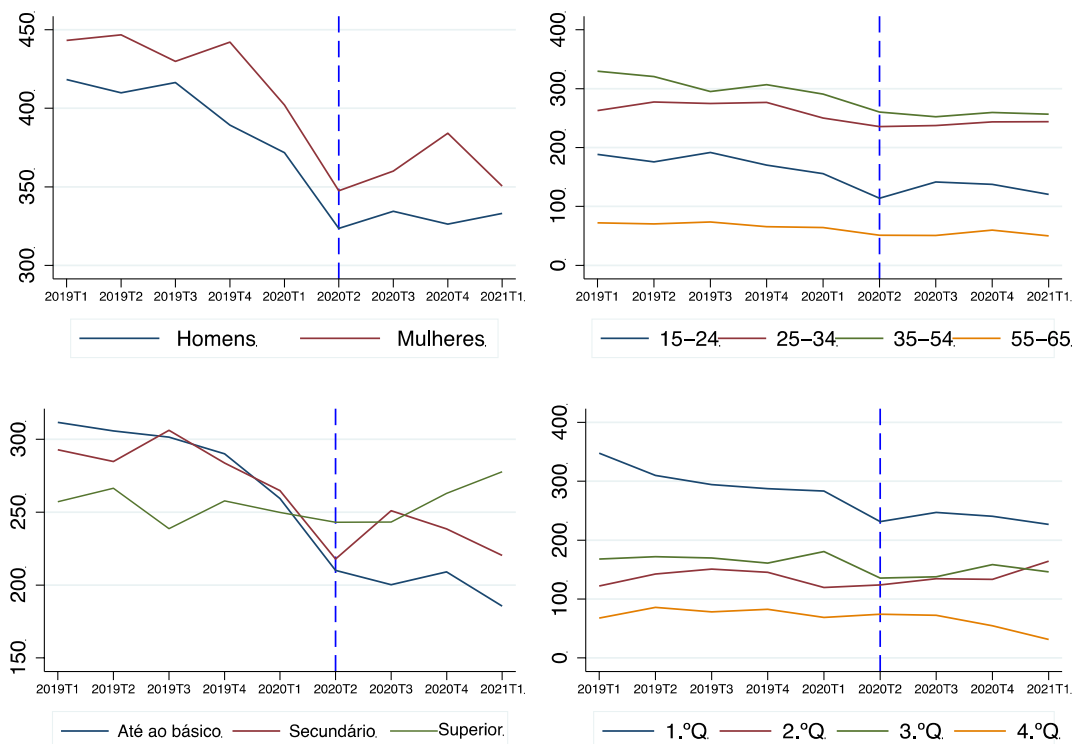
A tendência de queda dos contratos temporários pode ser observada na **Figura 8**, comum a homens e mulheres, com ensino básico e secundário.

No início de 2019, os contratos temporários eram mais prevalentes entre as mulheres, as pessoas entre os 35 e os 54 anos, os trabalhadores com ensino básico e os que pertenciam ao quartil mais baixo de rendimento salarial líquido.

Os **trabalhadores com escolaridade até ao ensino básico foram os mais afetados**. No 1.º trimestre de 2021, existiam menos 126 mil contratos temporários do que no mesmo trimestre de 2019. Esta redução não foi compensada em contratos permanentes,

que também diminuíram (menos 120 mil). Pelo contrário, foi para os indivíduos com ensino superior que o número de contratos mais subiu, tanto em termos relativos como absolutos, entre o 1.º trimestre de 2019 e 2021. Os contratos temporários subiram 8% (20,6 mil) enquanto os contratos sem termo subiram 14% (133,8 mil). Estes factos reforçam a hipótese de que a pandemia destruiu sobretudo postos de trabalho de pessoas com escolaridade não superior.

Figura 8 Contratos temporários, 2019 a 2021, em milhares



Fonte: Inquérito ao Emprego (INE).

Nota: Número de contratos temporários, em milhares, por género, faixa etária, escolaridade e quartil de rendimento. Período entre o 1.º trimestre de 2019 e o 1.º trimestre de 2021. A linha azul marca o início da pandemia de Covid-19 em Portugal.

Interpretação: No 1.º trimestre de 2021 existiam 227 mil contratos temporários de trabalhadores no 1.º quartil de rendimento salarial líquido.

Cerca de metade dos contratos de trabalho com termo ou de prestação de serviços, que chamamos temporários ao longo deste relatório, têm uma duração de cerca de 9 meses e meio. Entre 2019 e 2021, os contratos temporários com duração até 1 mês representaram, em média, apenas 3,5% dos contratos, e com 3 anos ou mais apenas 4%. Esta tendência não se alterou em 2020, mas no 1.º trimestre de 2021 a duração média destes contratos aumentou 40%, de 8,7 meses para 12,1 meses.

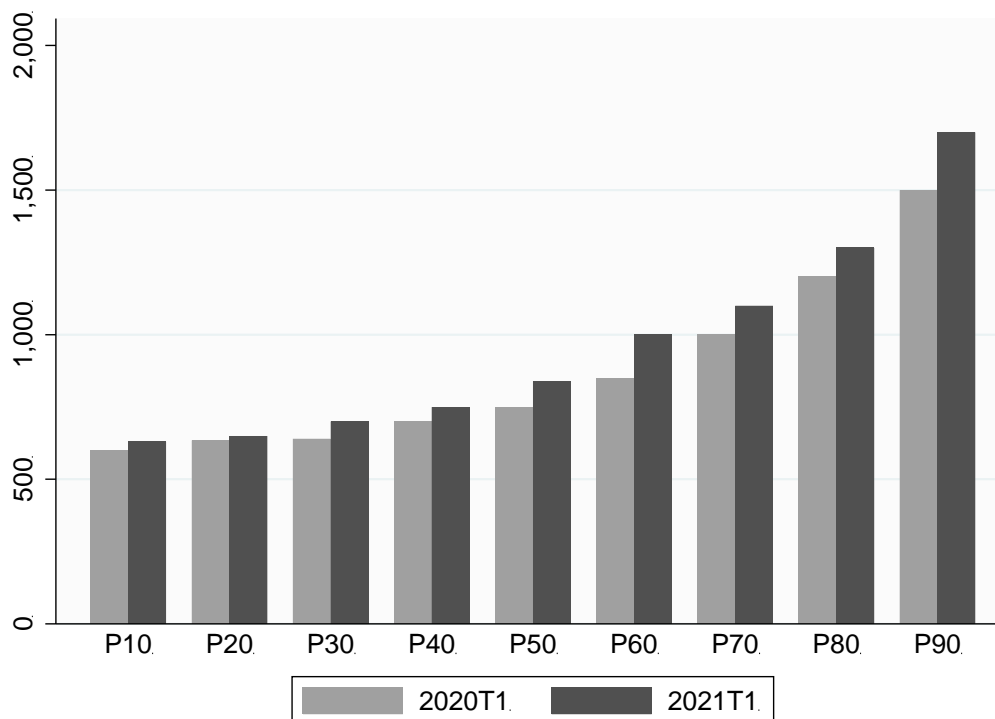
6. SALÁRIOS

O salário médio no primeiro trimestre de 2020 era de 929€ e aumentou para 982€ no mesmo trimestre de 2021.

A **Figura 9** mostra que, no 1.º trimestre de 2020, existia maior concentração de trabalhadores a ganhar salários mais baixos, comparativamente ao mesmo período de 2021. Cada uma das barras representa a remuneração salarial líquida tal que 10% dos trabalhadores ganham até esse montante (P10), 20% dos trabalhadores ganham até esse montante (P20), e assim sucessivamente. P90 é o valor tal que 10% dos trabalhadores ganham mais e 90% dos trabalhadores ganham até esse valor.

É patente que as barras referentes ao primeiro trimestre de 2020 são mais baixas do que as referentes ao primeiro trimestre de 2021. Por exemplo, no primeiro trimestre de 2020, havia 20% dos trabalhadores que ganhavam até 635€ de remuneração líquida. No primeiro trimestre de 2021, havia 20% dos trabalhadores que ganhavam até 650€. Da mesma forma, no primeiro trimestre de 2020, havia 80% dos trabalhadores que ganhavam até 1200€, enquanto que no primeiro trimestre de 2021, havia 80% dos trabalhadores que ganhavam até 1300€.

Para interpretar esta figura, é importante sublinhar que trabalhadores não são os mesmos no primeiro trimestre de cada um dos anos. Como houve destruição de emprego, há trabalhadores (e salário respetivos) que surgem em 2020 e não em 2021 (e também vice-versa, em menor medida). Logo, a deslocação da distribuição salarial para a direita não deve ser interpretada necessariamente como um aumento do salário ganho por cada trabalhador, mas como mais uma indicação da destruição de postos de trabalho com salários mais baixos.

Figura 9 Distribuição de rendimentos salariais líquidos, 1.º trimestre de 2020 e 2021

Fonte: Inquérito ao Emprego (INE)

Interpretação: As barras dão o valor da remuneração mensal líquida para cada percentil da distribuição. O P10 no primeiro trimestre de 2020 é de 600 euros; isto significa que há 10% dos trabalhadores neste trimestre que ganham até 600 euros. Foram considerados todos as pessoas que afirmam no inquérito que estão a trabalhar.

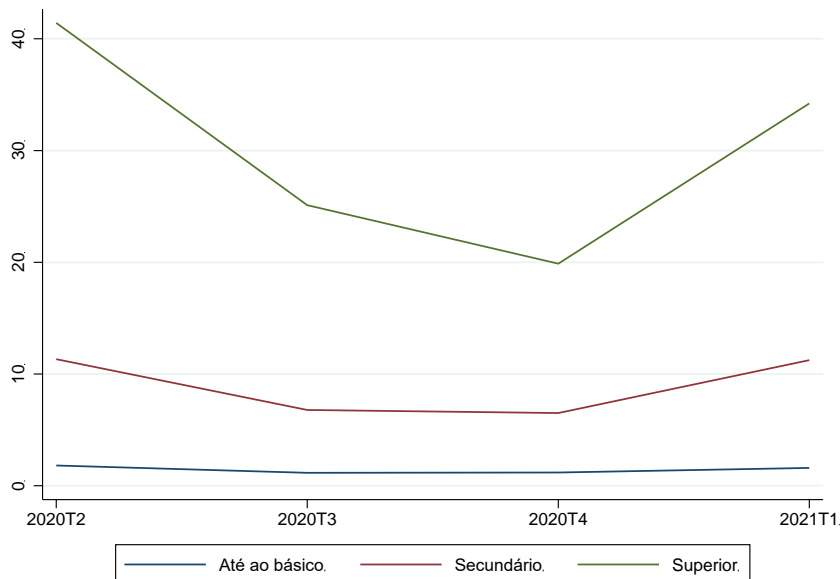
7. TELETRABALHO

Com o objetivo de caracterizar o **teletrabalho**, o INE adicionou, no 2.º trimestre de 2020, o módulo “Trabalho a partir de casa” ao Inquérito ao Emprego. No 2º trimestre de 2020, 22,6% da população empregada trabalhou, sempre ou quase sempre, em casa. Destes, 90,8% fizeram-no devido à pandemia. Esta percentagem diminuiu progressivamente até ao final de 2020, tendo atingido 11,9% no último trimestre do ano e voltado a aumentar para 20,7% no 1.º trimestre de 2021.

A **Figura 10** mostra que o teletrabalho é predominante nos trabalhadores com maior nível de escolaridade, especialmente os que têm ensino superior completo. No início da pandemia, mais de 40% dos trabalhadores com ensino superior ficaram em teletrabalho, face a apenas 2% de trabalhadores sem educação básica completa e 11% de trabalhadores com ensino básico completo. Estes últimos grupos continuaram, na sua grande maioria, a sair de casa para trabalhar. No último trimestre de 2020, 20% dos trabalhadores com ensino superior estavam em teletrabalho. O regresso das restrições no 1.º trimestre de 2021 voltaram a fazer aumentar o recurso a esta forma de trabalho

para aqueles que têm ensino superior e, em menor grau, secundário. Os trabalhadores com ensino básico continuam a trabalhar fora de casa.

Figura 10 População em teletrabalho, por nível de escolaridade, entre o 2.º e 4.º trimestres de 2020, em %



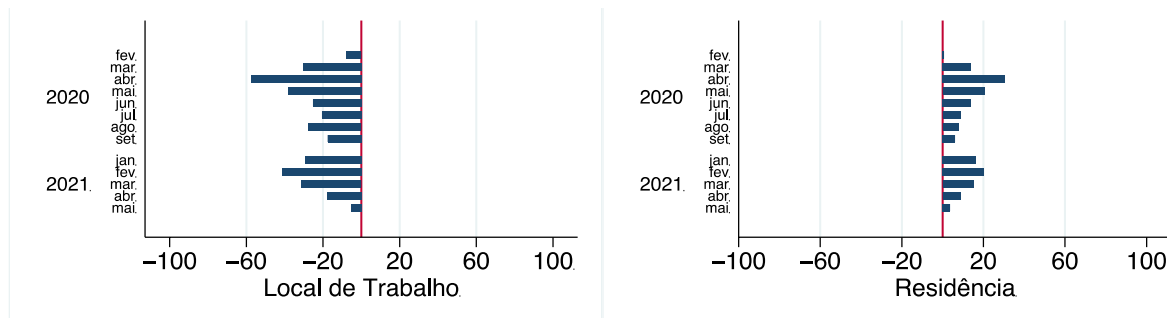
Fonte: Inquérito ao Emprego (INE)

Nota: População empregada que trabalhou “sempre ou quase sempre” em casa na semana de referência e nas três anteriores, entre o 2.º trimestre de 2020 e o 1.º trimestre de 2021, em %.

Interpretação: No 1.º trimestre de 2020, 34% dos empregados com ensino superior estiveram sempre ou quase sempre em teletrabalho.

Os sítios onde estamos, ou podemos estar, alteraram-se substancialmente desde o início da pandemia. A **Figura 11** mostra a diferença do tempo passado em diferentes locais comparativamente a um período de referência pré-pandemia. O teletrabalho reduziu o trânsito e aumentou o tempo passado em casa. A **redução da mobilidade** foi superior na 1.ª vaga (março a junho 2020), em que o tempo no trânsito se reduziu mais de 70% e as horas no escritório mais de 57%. Na segunda metade de 2020, a mobilidade aumentou, mas um novo confinamento em janeiro de 2021 levou a um aumento da permanência em casa. Em fevereiro de 2021, **estivemos em casa mais 20% do tempo** do que antes da pandemia. Ainda assim, menos do que em abril de 2020, o pico do primeiro confinamento.

Figura 11 Tempo passado no local de trabalho e na residência, fevereiro de 2020 a maio de 2021



Fonte: Google Covid-19 Community Mobility Reports.

Notas: Tendências de mobilidade no local de trabalho e local de residência. O período de referência é o valor mediano do período de 5 semanas entre 3 de janeiro e 6 de fevereiro de 2020. Não há informação para locais onde o volume de dados não é suficiente para estimar com segurança e anonimamente.

Interpretação: Durante o mês de janeiro de 2021, em média, os portugueses passaram 29% menos tempo no seu local de trabalho do que no período de referência. Em contraste, no mesmo mês passaram, em média, 16% mais tempo no seu local de residência.